

NOVOS TEMPOS, NOVOS CONTEXTOS: A RESSIGNIFICAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE

CRISTINA ALVES DE BRITO

Mestre pelo Curso de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ, crisalbri.ead@gmail.com

ELIZABETH BARROSO LIMA

Mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC. bebarroso@gmail.com

RESUMO

O tema profissão docente está na ordem do dia, sobretudo quando se trata de um momento único como o que vivenciamos com a pandemia instaurada pelo coronavírus SARS-CoV-2 denominado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de COVID-19. O presente artigo questiona a) que competências estão presentes na atuação do profissional docente em meio à presença de plataformas engessadas que excluem sua participação crítica e ativa; b) que percepção os professores têm de sua atividade como profissionais da educação quando se usa a designação “tutor” em detrimento das competências exigidas no seu fazer cotidiano; c) que exigências específicas para um protagonismo efetivo serão cada vez mais presentes em meio aos desafios da tecnologia e do desprestígio constante da profissão. Nosso aporte teórico apoia-se em autores como Nóvoa, Tardif que percebem as grandes mudanças que estão acontecendo, porém alertam para a necessidade de atenção para o processo não só teórico, como também o prático da formação docente. Também nos valem das várias decisões – parecer, deliberação, resolução, portaria – para apontar a incoerência entre as decisões e a prática no que se refere à classificação do papel de tutor e suas atribuições. Por fim, elaboramos um questionário que retrata como os professores se veem na carreira docente na fragilidade das relações no exercício da tutoria frente às demandas e desafios constantes.

Palavras-chave: Docência, Tutor, Pandemia, EaD.

INTRODUÇÃO

O trabalho que apresentamos busca levantar questionamentos referentes ao papel desempenhado pelo denominado tutor, a partir de autores que também apontam dúvidas sobre a prática docente desse professor. Paralelamente resgatamos algumas decisões judiciais, além de deliberações e pareceres sobre o tema. O levantamento realizado sobre tutoria contextualiza o cenário em que se encontra a situação do tutor na comunidade acadêmica.

Desse modo, nosso trabalho é um convite à reflexão. Ainda vivendo em meio à pandemia, é preciso ter em conta o que afeta e ainda poderá afetar de forma direta na profissão docente, considerando que ninguém escapa às garras desse mal, a Covid -19.

A profissão docente é uma formação profissional universitária como qualquer outra com suas peculiaridades. Nos últimos anos, no entanto, observamos um desprestígio cada vez maior. Desprestígio não só das faculdades de educação como da presença de empresas privadas inseridas no campo educacional com suas plataformas digitais que se voltam a um movimento como representação de revolução digital e da conectividade. É mais do que necessário se fazer uma reflexão sobre a profissão e a prática docentes atingidas em sua essência com o que está sendo exigido como novas reconfigurações do trabalho docente.

O tempo passa, entretanto, a profissão continua com os mesmos ensaios e erros. O professor é aquele que procura apender o que há de melhor para poder exercer o seu papel de forma mais aprimorada, buscando sempre os mecanismos mais acertados para que a aprendizagem ocorra de forma ampla e intensa.

O tempo passou e continuamos a buscar mecanismos para tornar a aprendizagem mais eficaz; porém, aquele que de fato vai implementar as novidades, não é o primeiro a ter acesso às mudanças que estão sendo pensadas, produzidas no meio acadêmico.

O Ensino a Distância (EaD) pode ser considerado como o grande trunfo do século, oferecendo a possibilidade de mais pessoas com acesso irrestrito ao conhecimento, novas aprendizagens, trocas de informações síncronas e assíncronas, uma verdadeira sociedade do espetáculo, em que tudo ou quase tudo está ao alcance dos que desejarem.

Apesar disso, uma vez mais assistimos aos mesmos descompassos do passado. A EaD não se restringe a somente passar conteúdos, pois ela é complexa, envolvendo um universo de pessoas de diferentes áreas que deverão trabalhar coletivamente, algo inusitado até então. O exercício docente sempre desempenhou suas funções de forma solitária, e, agora, é preciso dominar uma série de práticas tecnológicas: comunicação com mídias, linguagens na aprendizagem em rede... Como cruciais mudanças estão sendo consideradas na formação de novos professores e, fundamental, como os que já estão no mercado há algum tempo estão lidando com tantas novas práticas e conhecimentos?

TUTORIA E DOCÊNCIA

A docência envolve o professor, os alunos e o objeto essencial é o espraio do conhecimento. Hoje, já não seria suficiente essa abrangência, ela é entendida como reduzida para tal exercício, dever-se-ia acrescentar assumir autoria em seu trabalho, dominar diferentes tecnologias, sendo capaz de empregá-las. Porém não devendo tornar-se em momento algum um consumidor das novidades. Deverá ser capaz de selecionar, avaliar, aprender que não se trabalha mais sozinho, agora, trabalha-se em equipe. Também deverá ser capaz de circular em diferentes áreas e disciplinas.

Como afirma (BELLONI, 1999) – *será imprescindível quebrar o isolamento da sala de aula convencional e assumir funções novas e diferenciadas. A figura do professor individual tende a ser substituída pelo professor coletivo.* Assim, novos atributos requerem novos processos de formação, atualização, capacitação para o exercício da docência tanto de professores como de tutores, pois, como confirma (LEMGRUBER, 2012), é uma função docente, tanto na tutoria específica de uma disciplina, quanto na tutoria em geral presencial, como um orientador de estudo para o exercício de intervenção no processo de educação.

Vem-se percebendo progressivamente a transferência da responsabilidade para os tutores pela interação e comunicação no meio virtual. Sendo assim, se ele está sendo responsabilizado pelo desenvolvimento da comunicação no curso, além de ser exigido dele uma formação compatível com o curso em que atua, mais uma credencial para caracterizar e/ou entendê-lo como docente/tutor, pois são exigidos os conhecimentos de conteúdo, destreza no emprego das TICs e deverá, paralelamente, apoiar, sugerir, ajudar o docente coordenador.

Entretanto, o que se observa no presente é um grande quantitativo teórico e robusta carência da parte prática. Em outras palavras, identifica-se um número expressivo de ferramentas, recursos, linguagens, mídias que podem ser empregadas, mas, em paralelo, constata-se ausência do exercício prático para o emprego de outros materiais que podem ser produzidos nas mais diferentes fontes. Em verdade, constata-se um grande volume de informações, porém ressentem-se da falta de conhecimento de como usar as diversas mídias.

Ideia corroborada por (TARDIF, 2002) quando reitera que a formação teórica precisa de complementação prática, porque nada é mais importante do que o período de vivência no seu meio quando busca familiarizar-se com as peculiaridades pertinentes ao trabalho.

É certo que se está presenciando grandes mudanças na docência a distância, principalmente, na mediação pedagógica, agora exercida não mais de forma individual, e sim, na prática, em dupla (professor + tutor = docentes). De acordo com (BELLONI, 1999, p.17), tornar-se-á fundamental romper com o trabalho solitário até então praticado e apropriar-se das novas atribuições que se estão assomando.

Acrescente-se aqui que no instante em que o tutor intervém nas atividades propostas, a fim de auxiliar o aluno, sua mediação é importante, pois como afirma (LEMGRUBER, 2012, p.8) *é uma função docente, tanto na tutoria específica de uma disciplina, quanto na tutoria, em geral presencial, como um orientador de estudo.*

Como afirma (TARDIF, 2002, p.57), uma situação frequente entre os trabalhadores em geral é a formação teórica e a seguir a complementação prática, pois *uma experiência direta do trabalho, experiência essa de duração variável e graça à qual o trabalhador se familiariza com seu ambiente assimila progressivamente os saberes necessários à realização de suas tarefas.* Tal contexto não é o comum na prática dos professores.

No Referencial de Qualidade (2007, p.21) do Ministério de Educação, o tutor tem um papel substancial no processo educacional, uma vez que participa ativamente da prática pedagógica, assim, atuando

a partir da instituição mediando o processo pedagógico junto a estudantes e tem a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos, contribuindo para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e dos processos avaliativos, desempenhando funções referentes à mediação docente.

No Referencial de Qualidade, o tutor é denominado como “professor-tutor” on-line, porque também assume a docência no papel de mediador pedagógico do processo de ensino e de aprendizagem. Ideia confirmada também por (BRUNO & LEMGRUBER 2009, p.7) quando afirmam que *na prática, o professor-tutor é um docente que deve possuir domínio tanto tecnológico quanto didático, de conteúdo.*

Observa-se que na realidade o papel exercido pelo tutor vem assumindo funções de mediação da aprendizagem, o que leva à confirmação de que o seu desempenho se enquadra na função docente. Por isso, cada vez mais faz-se necessário haver ressignificação do papel desempenhado pelo hoje denominado ora tutor/instrutor/facilitador/animador...

O reconhecimento do tutor como professor em exercício docente acontece em documentos oficiais do governo, como no Referencial de Qualidade quando afirma que ao promover a construção do conhecimento, ao participar do processo de ensino/aprendizagem, ao atuar nos processos avaliativos, na realidade está desempenhando funções características de mediação docente.

Embora a legislação não seja esclarecedora, encontram-se aqui e ali elementos que permitem corroborar a ideia da docência referente ao tutor. Por exemplo, a Portaria 4059/2004, em seu Art. 2º § Único prescreve

Para os fins desta Portaria, entende-se que a tutoria das disciplinas ofertadas na modalidade semipresencial implica na existência de docentes qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico do curso, com carga horária específica para os momentos presenciais e os momentos a distância.

Outro exemplo de ratificação da ideia de quem é o tutor / instrutor / motivador / incentivador ou quaisquer outras denominações que atribuem, agora, no âmbito estadual do Rio de Janeiro a Deliberação CEE-RJ nº 297/2006, ao referir-se ao funcionamento de cursos e programas a distância, especifica que *a função de tutoria terá que ser exercida por professores.*

Acrescentemos, agora o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) que dispõe sobre as Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância, quando apresenta e torna oficial a personagem tutor, caracterizando-o como um profissional da educação superior integrante da equipe docente.

Mais um elemento a confirmar a identificação do tutor como exercício docente, agora, na decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

(RS). Em abril de 2018 no TRT-RS, o juiz Daniel Souza de Nonohay se convenceu de que as atividades atribuídas ao cargo de tutor como correção e aplicação de provas, embora não elaborasse os exames; exibição de vídeos e a seguir ficando disponível para solucionar dúvidas, complementar o conteúdo e aplicar tarefas; orientar trabalho de conclusão; envio de mensagens eletrônicas aos estudantes com orientações, tais atividades são pertinentes à função de professor.

Assim, o relator na 4ª Turma do TRT-4 lembrou que o autor da ação é formado em Administração de Negócios Internacionais e faz pós-graduação em Gestão de Projetos, sendo um

profissional capacitado, com formação, responsabilidade e tarefas compatíveis com a função de professor. Observa-se que o disposto no § 2º do art. 2º, da Lei 11.738/2008 não diferencia, para fins de enquadramento na função de magistério, as atividades de docência e as de suporte pedagógico à docência.

tendo seu voto sido seguido por unanimidade. Portanto, no entendimento TRT-4 (RS) a ausência de *registro no Ministério da Educação não impede o reconhecimento da condição de professor nas relações trabalhistas se há provas do exercício do cargo.*

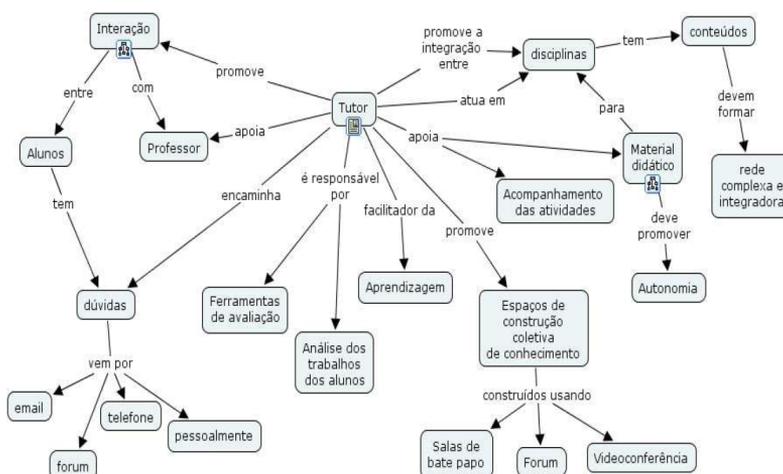
Na Carta de João Pessoa resultado do Encontro de Professores no 8º Seminário Nacional ABED de Educação a Distância (28-29 de abril de 2011), um dos pressupostos que fundamenta o documento “*é que o exercício da docência, independente de ser presencial ou a distância, está inserido nos princípios da educação, segundo a LDB – 9394/96*”.

Os dados nos levam a concluir: quer na Resolução CD/FNDE/2009 quando aponta as atribuições do tutor; quer na Deliberação CEE-RJ/2006 quando especifica que a função de tutoria terá de ser exercida por professor; quer na Portaria 4059/2004 quando afirma que a tutoria das disciplinas implica a presença de docentes qualificados; quer na decisão judicial da 4ª Turma do TRT-4 (RS) também, por unanimidade, reconhece que as atividades exercidas pelo tutor compreendem o desempenho que envolve a docência; quer no Parecer do CNE/CES, quer no Referencial de Qualidade quando enfatiza que o tutor a distância medeia o processo pedagógico, confirma-se que a partir de documentos oficiais pode-se perfeitamente concluir que não há qualquer dúvida de que quem trabalha online dando suporte ao estudante na construção de seu conhecimento, está exercendo a docência que é característica da profissão de professor.

Apesar de ocorrer de forma dispersa, cada vez mais confirma-se que aquele que exerce a mediação pedagógica no processo de ensino e aprendizagem, também é o que desempenha a docência. Desse modo, em termos práticos, o tutor em tal situação, é um docente que necessariamente deve ter o domínio tecnológico, didático e de conteúdo.

Afinal, se o tutor é responsável pelas inúmeras atividades que todo professor/docente em uma IES desempenha, se é obrigatório ter a formação na área em que atua, se deve estar a par das novidades do mercado didáticas, pedagógicas, tecnológicas, se deve fazer curso de pós-graduação para melhor atender, se deve procurar atualizar-se no uso/emprego das TICs, então por que não é classificado/identificado/reconhecido como simplesmente PROFESSOR? Como nos é apresentado na figura 1.

Fig. 1 Mapa Conceitual



BREVE LEVANTAMENTO

A partir da sondagem realizada com professores que trabalham em empresa privada e/ou pública no ensino a distância (EaD), objetivou-se identificar como é visto e como se vê o profissional que trabalha nessa modalidade; como as Instituições de Ensino Superior e alunos veem o profissional; qual é sua formação. No total daqueles que responderam as questões, 60,7% estão na EaD, exercendo a atividade há mais de dez anos 37,9%; o grupo possui formação acadêmica de excelente nível, pois 48,3% são mestres, 34,5% especialistas e 6,9% doutorandos.

Em relação a como o profissional é considerado pelas IES e pelos alunos, as respostas são desanimadoras, pois as IES 78,6% o consideram como simples tutor, sendo que apenas 14,3% o veem como professor, tendo em vista a formação exigida. Enquanto para os alunos, 41,4% são tutores aqueles que “tiram dúvidas e entregam as notas” e 58,6% o consideram como professor, pois é com quem têm contato constante e sempre que necessário.

Por outro lado, na questão autoidentificação, 51,7% se reconhecem como professores; 24,1% como tutor e 20,7% na função de mediador. Entretanto, quando questionados sobre a designação “tutor” ser adequada para as suas atribuições 72,4% afirmaram que não, uma vez que o trabalho que exercem é uma ação docente, com todas as peculiaridades e exigências que compõem essa profissão.

Nas questões que envolvem os cursos de atualização proporcionados pelas instituições há um grande número de “bom” 46% e, em segundo lugar, aparece o “excelente” para avaliação dos referidos cursos, pois atendem ao necessário do trabalho realizado. Portanto, há uma avaliação positiva com relação aos cursos de formação veiculados pelas IES.

Quanto ao domínio da tecnologia, 82,8% consideram-se perfeitamente habilitados para o desempenho das funções tanto para elaboração de aulas, quanto para atendimento aos alunos. Além de 55,6% declararam que quando têm algum problema tecnológico, pedem, sim, ajuda ao suporte.

Nas IES em que trabalham, 41,4% afirmaram participação na elaboração de conteúdo, avaliações e cronograma da disciplina; entretanto, 34,5% informaram não participar de tais tarefas, embora 79,3% afiançaram que a sua formação é totalmente pertinente para o desempenho das atividades. Apesar da instabilidade inerente à função exercida, 62,1% consideram-se realizados com sua atuação, mas 37% não. No espaço reservado a respostas discursivas relataram considerações bastante significativas sobre reivindicações. Vejamos a seleção vocabular encontrada: melhores condições de trabalho; remuneração indevida; mais respeito; maior preparo tecnológico; mais reconhecimento; maior interação entre os participantes da tutoria. Outro ponto questionado foi quanto à remuneração da bolsa recebida sem reajuste há anos, em que há quase uma unanimidade (96,6%) em considerar inadequada tanto para atuação quanto para as solicitações requeridas, cada vez maiores em todos os sentidos, chegando ao descrédito, ao desencanto com comentários como:

“Não faz muita diferença opinar”, considerando como sendo um “trabalho voluntário.” “O trabalho é de professor, mas a remuneração é de tutor.”

Assim, o retrato que se constrói a partir das informações levantadas, o chamado “tutor”, em verdade, é um professor com formação acadêmica específica para sua área de atuação; identifica-se como tal, isto é, como professor em sua maioria por exercer o mesmo papel daquele que está em sala de aula; apesar de a visão que os entrevistados têm com relação a eles próprios deixa claro, pelo percentual obtido, como é tênue esse limite entre as classificações – tutor, professor; por isso, está em constante litígio por exercer as mesmas funções e ser denominado de forma diferente.

No que se refere à precariedade da tutoria em termos de legislação, fragilidade funcional, descrédito no exercício da tutoria 89,7% confirmaram, sim, ser esse um ponto fundamental para as indefinições quanto ao trabalho desenvolvido. Ainda nessa avaliação com percentual bem significativo, avaliam uma certa vulnerabilidade no exercício da profissão tutor. A falta de garantias na relação de trabalho, de um respaldo jurídico e legalizado mais condizente com o trabalho desenvolvido, considerando o nível de exigência que é cobrado. Conseqüentemente, a falta de reconhecimento profissional que se traduz na frase de um dos entrevistados: “se o número de alunos diminui, somos descartados”. “A figura do tutor remete a algo dispensável, e sendo dispensável e de caráter temporário, não exige uma discussão mais profunda das suas responsabilidades, atribuições e desafios no contexto da formação de professores.” “A tutoria é a precarização do processo de ensino e aprendizagem e do papel do professor.”

A EDUCAÇÃO E A PANDEMIA

O que apuramos em tempos de pandemia com relação ao cotidiano dos professores, não apenas porque estamos atuando na área, como por dados a partir de depoimentos de colegas, que atuam no ensino remoto, dá a dimensão da função primordial dos docentes nesse período tão conturbado.

É notório e comprovado que, em muitas regiões, diretores de escolas e professores foram ao encontro de alunos que tinham desistido de estudar por conta de dificuldade de acesso à internet ou até mesmo por desestímulo frente às adversidades que se impuseram nesses tempos de pandemia.

Se o apoio esperado e, por que não dizer, obrigatório por parte de algumas secretarias de governo e por órgãos do governo federal não se fez presente, os professores, dentro de suas possibilidades, fizeram o possível para minimizar a perda do elo não só com relação aos conteúdos, mas com os laços fraternais com os alunos.

Além disso, de acordo com os depoimentos de alunos, professores e pais ressaltam a função primordial dos professores não só no cumprimento de suas atribuições como a falta de convívio na escola e a ausência de interação que faz parte do aprendizado.

É fato que a decretação do estado de pandemia ocorreu de forma quase que abrupta o que obrigou a determinados improvisos e, por outro lado, desvelou/revelou o despreparo de algumas instituições e dos próprios órgãos governamentais da educação. Pais, escolas, alunos, toda a comunidade foi apanhada de surpresa. Podemos conferir em trabalho publicado em *Currículo sem Fronteiras* do qual extraímos uns excertos de depoimentos de pais ou responsáveis:

A compreensão é muito mais difícil pelo celular e muita coisa não consigo compreender. Não consigo dar a ajuda que ela precisa. Não consigo acompanhar o ritmo das matérias que vem uma atrás da outra e não tenho instrução para ensinar igual os professores ensinam.

Não acho legal a forma como a escola está promovendo o ensino online. Eu acho que deveriam pegar o contato dos alunos e, através de um grupo de WhatsApp, enviar a matéria para cada criança ter o acesso próprio. Porque a criança tem que procurar a matéria, tem que procurar site, acessar link, o que se torna muito mais difícil. A escola tem o contato direto dos alunos. Todos têm WhatsApp e o envio das matérias deveria ser pelo zap de cada um. Na minha opinião, o que está sendo feito não vai produzir rendimento algum (Rejane, mãe de aluna de escola pública no Rio de Janeiro, informação verbal, entrevista concedida no ano de 2020).

Considero que o que está sendo oferecido por EAD deve ser considerado como um material complementar e não substitutivo do que deve ser dado quando houver volta às aulas. Primeiro por questão de equanimidade. Nem todo mundo pode dar a mesma atenção ao material que chega por EAD, principalmente quando o principal é buscar um modo de sobreviver. Além disso, muitos não têm PCs e impressoras em casa; segundo porque não somos professores e mesmo podendo ajudar crianças em estudo por EAD, podemos cometer erros que especialistas não cometeriam; terceiro porque as aulas presenciais propiciam as vivências compartilhadas entre as crianças e colocam-nas em presença de diversidades necessárias para um real aprendizado, para além de conteúdos. (José, avô de um aluno que estuda em escola pública no Município do Rio de Janeiro, informação verbal, entrevista concedida no ano de 2020).

Rejane observa, ainda, que não consegue dar a ajuda que considera necessária para a filha acompanhar o que está sendo proposto e não tem “instrução para ensinar igual aos professores ensinam” (grifo nosso). Sugere que o processo seja mais simples, utilizando as ferramentas que já fazem parte da rotina de comunicação entre os pais e a escola.

Os alunos sentem falta da escola, do contato físico com os colegas e com os professores e na grande parte dos depoimentos afirmam que o ensino remoto por vezes não dá conta de esclarecimentos dos conteúdos.

Portanto, o papel do professor se configura em tempos de pandemia extremamente primordial e, nesse ponto, voltamos nosso foco para de que maneira esse profissional está sendo adequadamente instruído, objetivando lidar com tantas alternativas de trabalho (até então não praticadas ou desconhecidas em sua prática) e tantas outras posturas que exigem dele um novo posicionamento.

Observamos ao longo desse período de pandemia, sobretudo, a inserção de várias plataformas de aprendizagem Google Classroom¹ que prescindem da presença ativa e colaborativa dos professores na sua confecção, que engessam toda e qualquer tentativa de conhecimento e de troca saudável entre alunos e professores.

O processo de ensino-aprendizagem deve ser valorizado como algo que escapa a qualquer tentativa de previsibilidade, independentemente de o ensino ser online ou presencial. Nesse particular, concordamos com (NÓVOA, 2017) quando afirma que as profissões do humano lidam com a incerteza e a imprevisibilidade; é a interação que deve ser instigada e que estimula a produção de diferenças. As diferenças inerentes ao processo de ensino-aprendizagem não se coadunam com a uniformização do ensino em plataformas engessadas em prol de objetivos numéricos.

Não se trata aqui de criticar uma determinada modalidade de ensino -remoto, híbrido, a distância, mas sim de dotar o docente de recursos para participar ativamente de propostas dentro de uma realidade concreta que o estimule a aprender, compartilhar e progredir. É fato que a profissionalização do docente deve ter como objetivo precípuo dar-lhe a considerar

1 A Google Classroom é uma plataforma da empresa Google que tem funcionado, neste momento de pandemia, como sala de aula virtual. “Criado em 2014, é uma espécie de sala de aula virtual do Google. Por meio dele, professores podem organizar e compartilhar conteúdo a distância. Além de permitir anexar atividades e materiais em PDF, o Google Classroom possibilita a criação de perguntas que podem ser respondidas por múltipla escolha ou respostas curtas”.

que o aprendizado vai muito além dos números de avaliações externas e internas, muito além de um currículo prescrito e de tecnologias com simples ferramentas de ensino. A reflexão, a participação ativa devem ser primordiais e isso só se consegue com uma consciência crítica de professores que orientem seus licenciandos, independentemente do que se possa esperar de ações de outras instâncias.

Almeida (2010), em suas pesquisas sobre currículo e tecnologia, considera que as propostas para a utilização de ferramentas tecnológicas no processo de ensino-aprendizagem devem sempre se pautar nas interrogações: sobre o quê?, a serviço de quê?, para quê?. Portanto, em tempos de pandemia, julgamos importante que qualquer proposta política estimule a discussão sobre o sentido de currículo mediatizado pelas tecnologias – como se aprende e como se ensina com tecnologias –, e qual é a função da escola, o papel do professor, do aluno e das famílias neste momento crucial de nossas vidas.

A capacidade de ensinar vem de outras instâncias, entre as quais o contato com a realidade, a inserção no espaço escolar e, sobretudo, a capacidade de agir, ter presença ativa, projetar experiências próprias, ser estimulado a criar alternativas em seu cotidiano pedagógico.

Se quisermos fazer um paralelo como (NÓVOA, 2017) nos sugere em seu texto relativamente à semelhança da profissão docente com a profissão médica, podemos dizer que, apesar de contatos via internet, uso de plataformas digitais, o médico tem que ter o contato pessoal com seu paciente para definir um diagnóstico acurado e eficaz.

Se por um lado o professor precisa estar atualizado e atento há, por outro lado, uma exigência relativa à filtragem de conteúdos adequados, além da exigência de reflexão a partir desses dados novos que nos chegam a todo o momento. Ao professor de hoje é exigido um conjunto de atualizações, uma pesquisa constante que não só lhe proporcione subsídios a uma inovação, mas também reciclagem constante, que o estimule a partilhar esse conhecimento com seus alunos. Essa nobreza de partilha é fundamental na docência de nossos dias sem a qual o docente se isola, concentrando para si próprio um domínio que deve ser partilhado com todos.

É evidente, aqui reforçamos, que a pandemia veio para pôr em evidência espaços vazios, de falta de coordenação, de despreparo e uma série de falhas que apontam para tomada de decisão urgente, reflexiva e crítica. A inação prejudica para hoje e para sempre: causa danos irreparáveis a uma

sociedade que não define o papel do professor como preponderante para uma sociedade que se quer humana, civilizada e progressista dentro de princípios éticos.

O avanço de novas tecnologias ou nem tão novas assim para poucos, o acesso irrestrito a informações de todo o tipo, alunos cada vez mais ligados aos meios digitais criam um espaço que, só com muita atualização, é possível se inserir nesse mundo que veio para ficar sem nenhuma dúvida. Se quisermos creditar à pandemia a presença do trabalho remoto, *home office*, trabalho híbrido, seja lá qual for a nomenclatura, o que se exige nesse momento é um grande esforço do profissional docente. Esforço esse que não findará quando a pandemia acabar; não haverá retrocesso nas novas formas de trabalho. Algumas delas, ousamos dizer, vieram a preencher aquilo que o momento socioeconômico revela: fragilidade nas relações de trabalho, desvalorização do conhecimento, trabalho mecanizado com plataformas e ausência da participação efetiva dos docentes na proposição de políticas educacionais.

Em uma apresentação do professor Jurjo Torres Santomé, que participou como convidado em evento em comemoração aos 10 anos (+ pandemia) do Grupo de Pesquisa em Avaliação e Currículo (GEPAC)/UNIRIO, apresentada em 25.6 do corrente ano, (<https://www.youtube.com/watch?v=7FIWOJL5rMk>) algumas de nossas questões foram por ele referidas, quais sejam: a crítica à presença de empresários na educação, a privatização da educação, a dificuldade de lidar com determinados materiais, como usar adequadamente os aparatos tecnológicos. Na opinião do professor, com a qual concordamos, é prioritário repolitizar a educação, trabalhar “vertebralmente” (palavra dele) com todos os professores de diferentes níveis, em prol de uma educação de qualidade.

Ao considerarmos o retorno às atividades após esse momento de crise sanitária se exigirá dos docentes o domínio também de outras competências, uma vez que os possíveis saldos estão criando um perfil de crianças, adolescentes, universitários. Que perfil será esse? Terá o professor condições efetivas de atuar prevendo os possíveis percalços que certamente irá encontrar? Que competências terá que desenvolver para poder agir de modo adequado frente a essas novas experiências?

Muito será e já está sendo exigido do professor no retorno ao mundo pós-pandemia. Provavelmente, podemos afirmar, será uma das áreas que mais empenho exigirá do profissional da educação, uma vez que muitas variáveis e déficits foram detectados no sistema educacional como um todo.

Mais uma vez, reiteramos que essa perspectiva não se dará apenas a nível de conhecimento do saber técnico e de conteúdo. Vai muito mais além das questões teóricas e de conhecimento, pois exigirá dos docentes um outro saber que não está nos livros, nos manuais, nos conhecimentos técnicos. Será um conhecimento do humano, da capacidade de adaptação de todos os interlocutores / agentes / atores.

Uma gama de estímulo àqueles que precisam retornar às aulas por conta da evasão escolar; um detalhado e profundo conhecimento dos possíveis lapsos cognitivos que acometeram alguns estudantes e precisam ser sanados para prosseguir da forma mais adequada possível. Tudo isso requer estudo, aperfeiçoamento, disciplina e muito particularmente uma ligação estreita com pais, escola e a sociedade. Será uma intrínseca relação entre todos os envolvidos com o protagonismo ativo do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em verdade, a identidade do “tutor” é bem definida tanto pelo Referencial de Qualidade do Ministério da Educação como pelos diversos documentos legais emitidos pelos órgãos governamentais. Ele é um professor com formação específica para atender ao aluno em cada setor da construção do conhecimento. Deve ter habilidades tecnológicas para manejar ferramentas como deve ser capaz de orientar os alunos quando necessário.

Também é verdade que a pandemia trouxe inúmeras mudanças para os docentes; para muitos, a improvisação foi o primeiro momento, pois os setores governamentais pouco fizeram para ajudar em um tempo e necessidades atípicas em nossa vivência.

Entretanto, a situação pandêmica também serviu para concretizar quão importante é a função dos professores e como a escola é de fato o espaço de convívio e de interação para a construção do aprendizado não só escolar como também humano de trocas e vivências. Pais se viram desamparados para exercer a função professoral, tanto pela ausência de conhecimento das ferramentas tecnológicas e de conteúdo, quanto, em alguns casos, pelas dificuldades de acesso à internet para aulas em plataformas.

Por fim, ao término desse período muitas mudanças deverão ocorrer, porque haverá a necessidade de revisão das relações entre pais, escola, sociedade e o protagonismo ativo do professor para esse novo relacionamento em prol da educação.

REFERÊNCIAS

ABED. Tutor é Professor: Carta de João Pessoa. Seminário Nacional de Educação a Distância, realizado em 28-29 de abril de 2011. Disponível em: https://aed-moodle.ufpa.br/pluginfile.php/324372/mod_resource/content/2/Texto%2012.pdf. Acesso em mai./2021.

ALMEIDA, M. E. B. de. A tecnologia precisa estar na sala de aula. **Gestão Escolar**. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/627/maria-elizabeth-de-almeida-fala-sobre-tecnologia-na-sala-de-aula>. Acesso em: 19/6/2020. (entrevista concedida em 01/6/2010 a Elisângela Fernandes).

BELLONI, M.L. **Educação a distância**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.

BRASIL. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância Ministério da Educação** - Brasília, ago. de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/referenciaisqualidadeead.pdf> Acesso em 19/6/2021.

BRASIL. **Portaria no. 4.059**, de 10 de dezembro de 2004.

BRASIL. **Parecer** do CNE/CES nº 564/ 2015, publicado em 2016. Site Consultor Jurídico - <https://www.conjur.com.br/2018-abr-02/tutor-ensina-sistema-ead-professor-mesmo-registro#:~:text=MERO%20REQUISITO-,Tutor%20que%20ensina%20no%20sistema%20EAD%20%C3%A9,mesmo%20sem%20registro%20no%20MEC&text=A%20falta%20de%20registro%20profissional,provas%20do%20exerc%C3%ADcio%20do%20cargo/> Acesso em 29/6/2021.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 26**, de 5 de junho de 2009. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3320-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26-de-5-de-junho-de-2009> Acesso em 05/6/2021.

BRUNO, A. R.; LEMGRUBER, M. S. **A dialética professor-tutor na educação online: O Curso de Pedagogia-UAB-UFJF em Perspectiva**. III Encontro Nacional sobre Hipertexto. B. Horizonte, MG – 2009.

CARVALHO, A. P. P. M. de; LIMA, E. B. **Um tempo – nem tão novo tempo – advindo da COVID-19**: desafios político-curriculares no eixo Brasil-Portugal. Currículo sem Fronteiras, v. 20, n. 3, p. 786-806, set./dez. 2020. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss3articles/carvalho-lima.pdf>.

LEMGRUBER, M.S. **Educação a distância**: para além dos caixas eletrônicos, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/marcio_lemgruber.pdf. Acesso em 04/6/2021.

MORALES, J. Como funciona o Google **Classroom**, app que pode ajudar na quarentena. Publicado em 24/3/2020. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/como-funciona-o-google-classroom-app-que-pode-ajudar-na-quarentena/> Acesso em mai./2021.

NONOHAY, D.S. Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RS) Disponível em: <http://www.lcdiniz.adv.br/blog/?post=Tutor+que+ensina+no+sistema+EAD+e+professor,+mesmo+sem+registro+no+MEC-0E11FD7377AEBEEB8C743BBB6F-C1804F068CDECCFE2B4F2C074B1E7127D8E392>. Acesso em: 04/6/2021.

NÓVOA, António. **Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente**. Cadernos de Pesquisa v.47 nº 166 p. 1106-1133 out./dez. 2017. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/issue/view/329> Acesso em mai./2021.

RIO DE JANEIRO. **Deliberação** CEE-RJ nº 297, publicado em 04 de julho de 2006.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TAROUÇO, L. **Mapa conceitual** elaborado com base no artigo Tutoria em educação a distância de Jaeger, F., ACORSSI, A. Disponível em <http://penta2.ufrgs.br/edu/mapasconceituais/tutoriaEAD/> Acesso em 04/7/2021.